

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Isban Brasil S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

São Paulo, 24 de março de 2014

A Diretoria Executiva

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	31/12/2013		31/12/2012		Nota	31/12/2013		31/12/2012	
	31/12/2013	Ajustado	31/12/2012	Ajustado		31/12/2013	Ajustado	31/12/2012	Ajustado
<b>Ativo</b>									
<b>Ativo Circulante</b>		<b>1.618</b>	<b>27.757</b>	<b>94.193</b>		<b>98.605</b>	<b>101.271</b>	<b>95.360</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&18.f	101	591	100	7	26.563	36.735	14.129	
Aplicações Financeiras	4&18.f	-	-	75.493		2.380	6.635	29.450	
Contas a Receber		-	401	92		51.488	42.580	41.702	
Créditos Tributários - Correntes	9.d	-	24.703	16.675		13.670	11.069	8.214	
Outros Ativos Financeiros		1.517	2.062	1.833	8.a	2.810	3.198	730	
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>191.883</b>	<b>157.522</b>	<b>75.436</b>		<b>28.966</b>	<b>38.163</b>	<b>24.506</b>	
Aplicações Financeiras	4&18.f	101.291	97.734	34.747					
Contas a Receber		311	-	-			93	-	
Depósitos Judiciais		28.332	24.616	16.035	8.a	28.966	38.066	24.506	
Créditos Tributários		-	-	-			4	-	
Correntes	9.d	30.908	1.358	-					
Diferidos	9.b	26.959	30.269	21.093					
Outros Ativos Financeiros		3	5	109					
Outros Ativos		872	791	751					
Ativo Tangível	5	475	572	228					
Ativo Intangível	6	2.559	1.866	2.473					
<b>Total do Ativo</b>		<b>193.501</b>	<b>185.279</b>	<b>169.629</b>		<b>193.501</b>	<b>185.279</b>	<b>169.629</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos			
	<b>35.879</b>	<b>2.598</b>	<b>16.031</b>	-	-	<b>54.508</b>
	-	-	(387)	(4.358)	-	(4.745)
	<b>35.879</b>	<b>2.598</b>	<b>15.644</b>	<b>(4.358)</b>	-	<b>49.763</b>
	-	-	(410)	(7.245)	409	(7.246)
	-	-	(4.000)	-	-	(4.000)
	-	-	-	-	10.428	10.428
	-	-	-	-	(542)	-
	-	-	-	-	(3.100)	(3.100)
	-	-	7.195	-	(7.195)	-
	<b>35.879</b>	<b>3.140</b>	<b>18.429</b>	<b>(11.603)</b>	-	<b>45.845</b>
	-	-	-	11.922	-	11.922
	-	-	(490)	-	-	(490)
	-	-	-	-	11.453	11.453
	-	573	-	-	(573)	-
	-	-	-	-	(2.800)	(2.800)
	-	-	8.080	-	(8.080)	-
	<b>35.879</b>	<b>3.713</b>	<b>26.019</b>	<b>319</b>	-	<b>65.930</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### 1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras

##### a) Contexto Operacional

A Isban Brasil S.A. (Isban Brasil), é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474 - Bairro Santo Amaro - São Paulo - SP. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico - Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto social a prestação de serviços de desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de informática, software, programas e todo tipo de produtos e serviços afins e prestação de serviços de telecomunicações, serviços de hospedagem gerenciada e armazenamento eletrônico de dados, prestação de serviços de processamento de dados, serviços conexos de exploração de conteúdos para acesso on-line, internet entre outros, serviços relacionados às atividades de consultoria, desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação utilizados pelas empresas do Santander na América Latina e a participação no capital de outras sociedades no país e no exterior.

As receitas da Isban Brasil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão representadas por serviços prestados a partes relacionadas, empresas do Conglomerado Santander, conforme apresentado na nota explicativa 18.f.

##### b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Isban Brasil, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade e *The International Financial Reporting Standard (IFRS)*. O resultado e a posição financeira da Isban Brasil estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 24 de março de 2014.

A Isban Brasil adotou todas as normas e interpretações que entraram em 2013. As principais normas aplicáveis a Isban Brasil foram:

- CPC 46 - Mensuração ao Valor Justo - Em 12 de maio de 2011, o IASB emitiu também o IFRS 13, que substituiu a orientação sobre a mensuração do valor justo na literatura existente de contabilidade em IFRS com um único padrão. O IFRS 13 define valor justo, fornece orientação sobre como determiná-lo e exige divulgações sobre mensurações de valor justo. No entanto, IFRS 13 não altera os requisitos em relação às ações que devem ser mensurados ou divulgados pelo valor justo.
- As alterações introduzidas pela adoção do CPC 33 - Benefícios a Empregados (equivalente ao IAS 19 no IFRS), incluem mudanças significativas na apresentação dos componentes de custos relativos à obrigações pós-emprego (custo do serviço passado e ganhos e perdas na liquidação) e custo de juros líquido, que devem ser reconhecidos em lucros ou prejuízos e o componente de remensuração (que contemplam basicamente os ganhos e perdas atuariais), que devem ser reconhecidas no Patrimônio Líquido - Ajustes de Avaliação Patrimonial, não podendo ser reclassificados no resultado. De acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8 no IFRS), estas alterações implicam em mudança de prática contábil e devem ser aplicadas retroativamente, a partir de 1 de janeiro de 2013, ajustando os saldos iniciais para o período mais antigo apresentado, como se a nova prática contábil tivesse vigente para estes períodos. O impacto desta prática contábil foi o seguinte:

	Demonstração 31/12/2012 do Resultado (R)			
	Créditos Tributários	Patrimônio Líquido	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2012
<b>Saldos Registrados Originalmente em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>19.426</b>	-	-	-
Efeitos da Adoção da Nova Versão do CPC 33 (R1)	(18.064)	6.388	(12.400)	(409)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012 Ajustados</b>	<b>1.362</b>	<b>6.388</b>	<b>(12.400)</b>	<b>(409)</b>

	Demonstração 01/01/2012		
	Créditos Tributários	Patrimônio Líquido	01/01/2012
<b>Saldos Registrados Originalmente em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>7.920</b>	-	-
Efeitos da Adoção da Nova Versão do CPC 33 (R1)	11.598	2.445	(4.745)
<b>Saldos em 1 de Janeiro de 2012 Ajustados</b>	<b>19.518</b>	<b>2.445</b>	<b>(4.745)</b>

Registrou na rubrica "Provisões - Fundos de Pensões". Registrado na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" e "Reserva para Equalização de Dividendos". Registrada nas rubricas "Despesas com Pessoal", líquido dos efeitos fiscais.

A Administração da Isban Brasil não estima impactos relevantes na aplicação das diversas normas novas e revisadas emitidas pelo CPC, que serão aplicadas nos próximos exercícios.

##### c) Estimativas utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, as quais foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos intangíveis);
- Provisão para processos judiciais e administrativos e obrigações legais; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

#### 2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

##### a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos e outros valores com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

##### b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

###### i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos para fins contábeis:

- Investimentos em coligadas; e
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para os funcionários.

###### ii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge;
- Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", empréstimos e recebíveis ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou como "Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado; e

Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

###### iii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Depósitos judiciais";
- "Contas a receber"; e
- "Outros ativos financeiros": inclui outros valores a receber com natureza de ativos financeiros não incluídas nas demais rubricas.

###### iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("posições vendidas"); e
- Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

##### v. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Contas a pagar"; e
- "Dividendos a pagar".

##### vi. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo. Subsequentemente, são mensurados a valor justo ou custo amortizado dependendo da categoria. Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo no resultado se ajustados pelos custos de transação.

Os "empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

##### c) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos, despesas antecipadas e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

##### d) Ativo Tangível

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

A Isban Brasil avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução ao seu valor recuperável registrada no resultado do exercício.

##### e) Ativo Intangível

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de softwares amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

Outros ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil (prazos de utilidade da despesa), pelo prazo máximo de 10 anos.

A Isban Brasil avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação às suas atividades.

##### f) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo das despesas provisionadas e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

##### g) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

##### Prestação de Serviços

- Receitas e despesas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

##### h) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Outros Provisões

A Isban Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

Outros ativos contingentes com vida útil definida são reconhecidos ao longo da vida dessas transações ou desses serviços, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Isban Brasil. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

##### i) Planos de Benefícios Pós-Emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Isban Brasil, juntamente com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander Brasil) de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

##### Planos de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Isban Brasil como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como "despesa com pessoal" na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial.

##### Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 8. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. Para os planos de benefício definido, o Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego com a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

Adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta nova prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo atuarial de benefícios atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

##### Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do déficit ou superávit no período corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (feitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e a que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

##### ii. Remuneração Baseada em Ações

A Isban Brasil, participa dos planos de compensação a longo prazo do Banco Santander, S.A. (Banco Santander Espanha). Esses planos têm determinadas condições para a aquisição. As principais condições são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Ativos Financeiros - Empréstimos e Recebíveis</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	101	591
Aplicações Financeiras	101.291	97.734
Contas a Receber	1.784	712
Depósitos Judiciais	28.332	24.616
Outros Ativos Financeiros - Adiantamentos e Antecipações		
Salários e Outros	1.520	2.067
<b>Total</b>	<b>133.028</b>	<b>125.720</b>
<b>Passivos Financeiros - Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado</b>		
Contas a Pagar <sup>(1)</sup>	26.563	36.735
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	2.380	6.635
<b>Total</b>	<b>28.943</b>	<b>43.370</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se, substancialmente, a serviços de terceiros - desenvolvimento de software

**Mensuração do Valor Justo**  
A Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado se aproximam dos seus valores justos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

**Hierarquia de Valor Justo**  
Como estratégia de gestão de risco em linha com seus objetivos de negócios, a Univesia Brasil mantém uma carteira de instrumentos financeiros simples e apresenta os seguintes níveis para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.  
Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. São avaliados por essa hierarquia os instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos.  
Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não utilizam dados observáveis de mercado para fazer a mensuração.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não há instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

### 8. Provisões

#### a) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais, Compromissos e Outras Provisões

	01/01 a 31/12/2013		01/01 a 31/12/2012 - Ajustado	
	Fiscais	Trabalhistas	Fiscais	Trabalhistas
<b>Saldo Inicial</b>	<b>15.349</b>	<b>6.489</b>	<b>19.426</b>	<b>13.956</b>
Adições Debitadas ao Resultado:				
Constituição Líquida de Reversão	776	8.260	(196)	1.393
Despesas com Juros	-	-	1.913	-
Despesas com Pessoal	-	-	1.219	-
Efeitos da Adoção da Nova Versão do CPC 33 (R1) (Nota 1.b)	-	-	(18.064)	-
Despesas por Pagamentos	(479)	(2.009)	(608)	(4.029)
<b>Saldo Final <sup>(2)</sup></b>	<b>15.646</b>	<b>12.740</b>	<b>3.390</b>	<b>15.349</b>
			<b>6.489</b>	<b>19.426</b>

<sup>(2)</sup> Inclui provisão para passivos contingentes, fundos de pensão e outras provisões.

**b) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias**

Isban Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Isban Brasil com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Isban Brasil tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, são os descritas a seguir:

**Plano Verão IRPJ/CSLL** - R\$2.708 (31/12/2012 - R\$2.560): ação judicial relativa aos impactos do expurgo inflacionário do Plano Verão nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.

**CSLL** - R\$5.653 (31/12/2012 - R\$3.372): refere-se a ações judiciais envolvendo entidade incorporada pela sociedade objetivada a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária quanto ao recolhimento da CSLL com alíquota majorada aplicável às instituições financeiras em relação àquelas aplicadas para as pessoas jurídicas (Lei 7.689/1988 e Emenda Constitucional 10/1996).

**IR Fonte** - R\$3.151 (31/12/2012 - R\$2.990): trata-se de ação judicial interposta por entidades financeiras incorporadas pela sociedade visando afastar a exigência do IR Fonte pela alíquota de 15% (Instrução Normativa 2/1996, art. 23) nas aplicações financeiras em Fundos de Renda Fixa - capital estrangeiro, com o intuito de garantir às autoras o recolhimento do tributo pela alíquota de 10%, nos termos do art. 81 da Lei 8.981/1995.

**c) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas**  
São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

**d) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível**  
São processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível de natureza trabalhista totalizaram R\$17.567.

**e) Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares**  
**e.1) Plano de Pensão Complementar**  
A Isban Brasil patrocina, juntamente com o Banco Santander Brasil, planos de benefício definido e planos de contribuição definida, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

**e.2) Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)**  
Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pela Isban Brasil, e abrange os funcionários admitidos após 22/05/1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22/05/1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

**Plano II:** plano de benefício definido, constituído a partir de 27/07/1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamento Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

**Plano III:** plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22/05/1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia.

**Plano IV:** plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custo administrativo. Nesse plano de benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

**II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)**  
**Plano II:** plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo nos empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

**III) SantanderPrev - Sociedade de Previdência Fechada (SantanderPrev)**  
Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrev é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

O valor apropriado ao exercício de 2013 relativo a SantanderPrev foi de R\$4.933 (2012 - R\$4.189).

**Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido**

	31/12/2013		31/12/2012	
	Banesprev	Sanprev	Banesprev	Sanprev
<b>Conciliação dos Ativos e Passivos</b>				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(39.567)	(1.711)	(62.965)	(632)
Valor Justo dos Ativos do Plano	38.686	2.172	46.872	2.179
<b>Sendo:</b>				
Superávit	1.863	461	1.076	1.547
Déficit	(2.745)	-	(17.169)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	1.863	461	1.076	1.547
<b>Ativo Atuarial Líquido</b>	<b>2.745</b>	<b>-</b>	<b>17.169</b>	<b>-</b>
<b>Passivo Atuarial Líquido</b>	<b>738</b>	<b>-</b>	<b>727</b>	<b>-</b>
Contribuições Efetuadas	(2.456)	-	(562)	-
Recursos (Despesas) Reconhecidas	664	-	(16.557)	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	9.024	5	9.744	684

**e.2) Plano de Assistência Médica e Odontológica Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo:** entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

**Conciliação dos Ativos e Passivos**

	31/12/2013		31/12/2012	
	Banesprev	Sanprev	Banesprev	Sanprev
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(3.381)	(12.281)		
Valor Justo dos Ativos do Plano	2.734	10.024		
<b>Sendo:</b>				
Déficit	(646)	(2.257)		
<b>Passivo Atuarial Líquido</b>	<b>646</b>	<b>2.257</b>		
Contribuições Efetuadas	168	727		
Recursos (Despesas) Reconhecidas	(480)	(562)		
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(181)	(2.230)		
Rendimento Eletivo sobre os Ativos dos Planos	(7.274)	2.987		

**Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos**

	31/12/2013	31/12/2012
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	11,2% e 11,3%	8,7% e 9,0%
Taxa de Rendimento Nominal Esperada sobre Ativos dos Planos	11,2% e 11,3%	8,7% e 9,0%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,5%	4,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	5,0%	5,0%

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Banesprev</b>	<b>11.752</b>	<b>(1.835)</b>
<b>Sanprev</b>	<b>19.025</b>	<b>661</b>
<b>Cabesp</b>	<b>30.777</b>	<b>(966)</b>

Experiência do Plano  
Mudanças em Hipóteses Financeiras  
Mudanças em Hipóteses Demográficas  
**Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação**  
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito  
na Taxa de Desconto  
**Ganho (Perda) Atuarial - Ativo**

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	31/12/2013	31/12/2012
Experiência do Plano	11.752	(1.835)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	19.025	661
Mudanças em Hipóteses Demográficas	30.777	(966)

Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto  
**Ganho (Perda) Atuarial - Ativo**

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	31/12/2013	31/12/2012
Experiência do Plano	11.752	(1.835)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	19.025	661
Mudanças em Hipóteses Demográficas	30.777	(966)

Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto  
**Ganho (Perda) Atuarial - Ativo**

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	31/12/2013	31/12/2012
Experiência do Plano	11.752	(1.835)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	19.025	661
Mudanças em Hipóteses Demográficas	30.777	(966)

Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto  
**Ganho (Perda) Atuarial - Ativo**

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	31/12/2013	31/12/2012
Experiência do Plano	11.752	(1.835)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	19.025	661
Mudanças em Hipóteses Demográficas	30.777	(966)

Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto  
**Ganho (Perda) Atuarial - Ativo**

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	31/12/2013	31/12/2012
Experiência do Plano	11.752	(1.835)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	19.025	661
Mudanças em Hipóteses Demográficas	30.777	(966)

Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto  
**Ganho (Perda) Atuarial - Ativo**

Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais

	(+) 1,0%	(-) 1,0%
A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais:	734	(576)

**Planos**

	Duração (em Anos)
Banesprev I	13,51
Banesprev II	13,84
Banesprev III	9,61
Banesprev IV	17,04
Sanprev II	17,32
Cabesp	21,98

**e.3) Remuneração com Base em Ações**  
A Isban Brasil, possui um programa de remuneração de longo prazo vinculado ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global. São elegíveis a este plano os membros da Diretoria Executiva da Isban Brasil, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam do referido plano se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

**e.3.1) Programa Global**  
**Política de Incentivos a Longo Prazo**  
Na Reunião do Conselho de Administração do Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Santander de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos da Isban Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculadas a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da alta Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários, de tal maneira que cada ciclo se inicie em um ano e, a partir de 2009, acabe no próximo. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano. Sendo assim, os primeiros dois ciclos ocorreram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 13 anos (PI10/PI11/PI12/PI13 e PI14).

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (BPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

A partir do plano PI12 o objetivo que determina o número de ações está relacionado somente a 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

**Valor Justo do Plano Global**  
É considerado que os beneficiários não deixarão a Isban Brasil durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander Espanha foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	PI11	PI12	PI13	PI14
Volatilidade esperada (*)	19,31%	42,36%	49,64%	51,35%
Remuneração anual dos dividendos nos últimos 5 anos	3,47%	4,88%	6,33%	6,06%
Taxa de juros sem risco (Título do Tesouro de cupom zero) durante o prazo do plano		4,84%	2,04%	3,33%

(\*) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos). Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

**Volatilidade esperada (\*)**

	PI11	PI12	PI13	PI14
Remuneração anual dos dividendos nos últimos 5 anos	19,31%	42,36%	49,64%	51,35%
Taxa de juros sem risco (Título do Tesouro de cupom zero) durante o prazo do plano		4,84%	2,04%	3,33%

(\*) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos). Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

**Quantidade de Ações**

	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data de início de exercício	Data final do período de exercício
<b>Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>89.799</b>			
Opções Exercidas/Canceladas (PI12)	(44.499)	2009	Executivos	19/06/09
Opções Concedidas (PI14)	41.550	2011	Executivos	01/07/11

**Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2012**

	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data de início de exercício	Data final do período de exercício
<b>Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>41.550</b>	<b>2011</b>	<b>Executivos</b>	<b>01/07/11</b>
Plano I14	41.550	2011	Executivos	01/07/11
<b>Total</b>	<b>41.550</b>			

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$312 (2012 - R\$464), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global. As despesas relacionadas aos planos são reconhecidas em contrapartida a outras obrigações, pois são planos liquidados em dinheiro.

**9. Ativos e Passivos Fiscais**  
**a) Imposto de Renda e Contribuição Social**  
O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil, como segue:

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
<b>Resultado antes da Tributação</b>	<b>14.913</b>	<b>13.405</b>
Juros sobre o Capital Próprio	(2.800)	(3.100)
<b>Resultado antes da Tributação Ajustado</b>	<b>12.114</b>	<b>10.305</b>

**Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social**

	(4.128)	(3.504)
Despesas Indefiníveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	377	177
Outros Ajustes	263	350
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(3.488)</b>	